

## OS MISERÁVEIS E A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Delma Pessanha Neves\*

**RESUMO:** A rua, concebida como espaço público, se organiza por referência a instituições e sistema de hierarquias que definem e legitimam os papéis que nela vão sendo construídos e reconhecidos. A coexistência de pluralidade de usos, de interesses e de atividades se torna possível por negociações recorrentes, que objetivam a construção de acordos ou consentimentos forçados. Os indivíduos que a ela acedem, visando se integrar criativamente a um modo de vida e/ou um conjunto de atividades produtivas, devem se inserir numa rede de comunicação, de troca de informação, de apoio e de aliança de interesses.

O artigo analisa a rede de formação complexa que tangencia os representantes das múltiplas ordens que investem na gestão do espaço público e os reconhecidos moradores de rua e os trabalhadores de rua.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaços coletivos, reterritorialização, fronteira em movimento, população de rua, ordens sociais e negociações.

A rua, concebida como espaço público, não é, como recorrentemente se pensa, o lugar do desgarrado e do abandonado. Enquanto espaço social, ela não pode ser compreendida tão-somente pelo olhar externo que descreve o vaivém dos usuários e define direitos e deveres. O entendimento das relações que aí se desenrolam depende da compreensão das instituições e do sistema de hierarquias que definem e legitimam os papéis que neste espaço vão sendo construídos e reconhecidos. A coexistência de pluralidade de usos, de interesses e de atividades se torna possível por negociações recorrentes, que objetivam a construção de

---

\* Professora associada do Programa de Pós-graduação em Antropologia e Ciência Política e pesquisadora do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal Fluminense.

acordos ou consentimentos forçados (obtidos por formas violentas de imposição de modos de apropriação).

Os indivíduos que a ela acedem, visando se integrar criativamente a um modo de vida e/ou um conjunto de atividades produtivas, devem se inserir numa rede de comunicação, de troca de informação, de apoio e de aliança de interesses. Essa rede é de formação complexa porque tangencia os representantes das múltiplas ordens que investem na gestão do espaço público. É o caso, por exemplo, dos reconhecidos **moradores de rua**, dos policiais, dos comerciantes, dos taxistas, que nela se expõem. Também é o caso de uma série de agentes que não podem explorá-la diretamente, mas através de segmentos identificados como **trabalhadores de rua**, isto é, portadores dos estereótipos da carência quase que absoluta. Os **moradores** e os **trabalhadores de rua**, por sua vez, associam redes familiares, de vizinhança e de camaradagem, sendo recorrente o reconhecimento mútuo para objetivação deste tipo de apossamento da **rua**.

Neste artigo, coloco em relevo uma série de mediações necessárias à apropriação da **rua** pelos pobres, apropriação possível pela negociação diante de uma série de conflitos de interesses. Por esta análise, trago à tona os investimentos de indivíduos e grupos que, originários de camadas profundamente empobrecidas em termos de controle autônomo de recursos básicos à subsistência física e social, administram as carências pelo aumento do acesso aos bens. Esta administração é colocada em prática pela aproximação ou mesmo imposição deles mesmos em espaços físicos (sociais) onde circulam, sob abundância, os recursos desejados e seus portadores. Ela visa a criação de redes de comunicação entre os que integram a sociedade da prodigalidade ou do consumo conspícuo e os que sobrevivem numa sociedade da escassez.

Portanto, não estou considerando o pobre *tout court*, mas um dos seus segmentos: o que não aceita a condenação à pobreza isolada ou escondida. Focalizo o segmento que se desloca para conviver com os outros melhor providos: os representantes de instituições filantrópicas; os transeuntes anônimos (potencialmente sensíveis à demanda de ajuda);

os consumidores de mercadorias por eles informalmente colocadas à venda. Dito de outra forma, para precisar uma classificação da pobreza sempre distanciada de critérios de objetividade, mas construída sob a perspectiva relacional, uma parte da população pobre que administra as dificuldades, clamando por um olhar externo (compreensivo de suas carências) e por uma colaboração generosa. Esta forma de redefinição do engajamento deles e dos colaboradores potenciais está fundamentada no fato de que os demandantes se anunciam publicamente como portadores de uma moralidade, cujos princípios os constroem a não impor a apropriação pelo roubo. Ela se justifica por uma ética de convivialidade que os enquadra como bons pobres, mercedores da interação proposta.

Ser reconhecido como **carente** ou **miserável**, isto é, investir neste reconhecimento e aceitar os efeitos perversos desta classificação estigmatizante, torna-se a questão fundamental nesta proposição interativa entre segmentos populacionais tão diferenciados.<sup>1</sup> Os termos sempre cambiantes desta negociação entre interesses tão diversos produzem sentido para esta convivência, por uns almejada, por outros tolerada ou indesejada.

Por todos estes fatores, a apropriação do espaço público para desenvolvimento de atividades privadas pelos pobres se fundamenta num sistema de classificação que delimita arenas, cujas regras de convivência estão constantemente abertas ao debate entre eles e os concorrentes usuários que aí aportam. A compreensão do sistema classificatório que referencia os usos diversos está subordinada à análise das situações onde os termos ganham significado. Investir no conhecimento de relações que

---

<sup>1</sup> Os dados aqui considerados foram obtidos através de uma longa experiência de pesquisa junto ao segmento populacional que habita e/ou trabalha na **rua** e frequenta instituições filantrópicas e de assistência social estatal. A coleta de informações foi orientada para a compreensão dos mecanismos de constituição e transmissão do patrimônio cultural de visões de mundo, de valores, éticas e saber-fazer que caracterizam o encontro de agentes mobilizados para transformar a pobreza intolerável em tolerável. Iniciada sistematicamente em março de 1995, ela abarca informações sobre entrevistados que circulam entre ruas e instituições das cidades do Rio de Janeiro e Niterói. A partir de leitura de reportagens divulgadas na imprensa e exposição de interpretações por outros pesquisadores vinculados ao mesmo campo temático, procuro ampliar o espaço da reflexão. A pesquisa tem sido possível pelo apoio institucional do CNPq.

vão sendo tecidas neste espaço público urbano é construir perspectiva especial de compreensão da vida social que aí se sedimenta.

### **ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO: LIMITES RENOVÁVEIS**

A diferenciação entre espaço público e espaço privado esconde e revela uma série de tensões derivadas do fato de cada um destes termos corresponder a universos de significações singulares e contrastantes. As tensões são em parte administráveis por esta mesma classificação, denotativa de códigos sociais diferenciados de direitos e deveres. O espaço dito público acolhe inúmeras atividades orientadas por interesses convergentes e divergentes, algumas exaltadas, outras camufladas. Sua denominação referencia mais que tudo, os modos possíveis de gestão da concorrência e da possibilidade de imposição abusiva de controles privados.

As múltiplas formas de reconhecimento de direitos e deveres revelam os investimentos destinados à construção social do espaço, isto é, à delimitação coletiva de fronteiras e separações, razão pela qual os conflitos são aí recorrentes. As delimitações classificatórias não só constroem o espaço social como também os homens que a ele acedem e para esta apropriação concorrem. Por isso, elas são também reveladoras do caráter extremamente dinâmico dos modos de definição da apropriação e, por conseguinte, da reterritorialização sempre mutável dos espaços, por vezes cotidianamente conquistada.

A compreensão das relações em jogo no chamado espaço público incorpora, por conseguinte, o entendimento dos princípios hierarquizados e de regras de inserção e de convivência em universos sociais que coexistem sob tensões. Os universos se diferenciam conforme os recursos disputados, a maior ou menor concorrência em torno deles e a adequação à convivência com superpostas ordens de valores coexistentes. Cada universo corresponde às investidas sobre determinadas formas de territorialização, à construção e ao cumprimento de acordos mais ou menos tácitos.

tos para assegurar seu reconhecimento. Portanto, pressupõe a construção e o domínio do código de uso de territórios e de suas formas de defesa.

Alguns destes universos são mais expressivos porque existentes sob a condição de hegemônicos: - a ordem jurídica que referencia a prática policial; - a ordem social que se funda no privilégio do contribuinte fiscal ou da sustentação da instituição estatal; - a ordem mercantil decorrente dos desdobramentos da apropriação do espaço privado pelos comerciantes formais, que impõem regras para o uso das calçadas imediatas e adjacentes à sua loja, preservando e reproduzindo sua clientela de compradores; - a justiça social estatal, que prevê o atendimento ao pobre **carente** mediante o isolamento objetivado nos internatos, legitimando as práticas de recolhimento relativamente compulsório dos **moradores de rua**.

Essas ordens geralmente se expressam pela polaridade. Algumas são constituídas para fazer funcionar ou circular serviços e bens sob a clandestinidade. Outras, para investir na internalização de moralidades idealizadas como fundamentais ao contextualizado pacto social. Por tudo isto, só o respeito à integração complexa, que aglutina atores sociais diversos, pode assegurar o apossamento de um determinado território no espaço qualificado como público.

A concorrência na objetivação dessas ordens tem se expressado pela expansão dos conflitos em torno da apropriação dos espaços coletivos, hoje temática recorrente entre os jornalistas e os cientistas sociais.<sup>2</sup> A ênfase neste aspecto leva muitas vezes a idealizar as condições anteriores de apropriação, fazendo tábula rasa de que o espaço urbano o é de conflito, exatamente em face das múltiplas alternativas de uso dos equipamentos públicos e coletivos. Outrossim, considerada enquanto temática reificada, muitas vezes os analistas deixam de lado a compreensão dos recentes processos de urbanização e de administração pública da cidade e seus entor-

---

<sup>2</sup> O estudo dos conflitos até a década de 70 se centrava em torno dos motins, dos movimentos sociais e da contraposição de interesses entre patrões e trabalhadores. Nas duas últimas décadas, o estudo dos conflitos vem enfatizando as disputas em torno da utilização de bens coletivos, da desqualificação de regras de cidadania e civilidade, temáticas cuja amplitude e consagração já se constituíram objeto de diversas resenhas bibliográficas.

nos, fatores subjacentes aos múltiplos deslocamentos apropriativos dos bens e recursos por parte da população urbana diretamente atingida.

Dentre os processos de urbanização, destacaria, pela importância para a compreensão do objeto de estudo proposto, o da apropriação « privada » da **rua**; o do deslocamento não-planejado (posto em prática individual ou familiarmente), de parte da população das **favelas**; e o encurralamento da inserção dos novos migrantes nas cidades da periferia dos grandes centros urbanos. Em sendo objetivados individualmente ou familiarmente, esses processos não produzem impactos de visibilidade. Só podem ser observados por uma perspectiva mais temporal e menos imediatista.

Contudo, estes deslocamentos obedecem a mecanismos seletivos de realocação dos espaços urbanos, atingindo segmentos que não têm condição de pagar aluguéis ou que não conseguem ter acesso mediado a exíguos espaços nas **favelas**. Outrossim, o grau de violência decorrente de conflitos entre traficantes de drogas ilícitas e destes com a polícia, o risco ou a adesão real de jovens à comercialização e/ou uso de drogas, todos estes fatores têm conduzido várias famílias a abandonar o espaço de residência em bairros das grandes cidades e se dirigir para as circunvizinhas.

Tais processos são perceptíveis diante da ausência de uma política de favorecimento do transporte urbano para as populações de menor poder aquisitivo. Embora se deslocando quanto ao espaço de residência, elas continuam, em sua maioria, a ter que se beneficiar das alternativas de trabalho nos grandes centros de comércio e serviços, especialmente os vinculados ao setor formal<sup>3</sup> ou informal, geralmente oferecido em plena calçada das **ruas**.

Processos contrários são coadjuvantes daquele deslocamento populacional, porque são expressivos do movimento de imposição de regras delimitadoras dos domínios público e privado, de territorialização dos espaços segundo a posição social dos habitantes e dos usuários. Este

---

<sup>3</sup> Os **camelódromos** representam, após inúmeros conflitos e negociações, a conquista do reconhecimento da categoria profissional **comerciantes de rua**.

é o caso da constituição de condomínios e a delimitação da homogeneidade espacial por habitante. Por essa reterritorialização, a cidade se tornou um espaço mais perceptível de confrontação entre riqueza e pobreza. Diversas formas de criação de «condomínio» são reconhecidas, desde o monumental território habitacional da classe média ao cercamento derivado do impedimento de entrada de não-moradores nas **favelas**.

Estes processos de cercamento isolaram os diferentes segmentos populacionais. Eles eliminaram, quase totalmente, as alternativas de intercâmbio que anteriormente eram valorizadas pelos vários segmentos residentes no mesmo espaço habitacional, como demonstra o crescimento das **favelas** nos socialmente valorizados bairros das cidades empiricamente aqui consideradas. As **favelas** sedimentavam a aproximação casa e trabalho, constituindo-se em celeiros de força de trabalho para o setor industrial, o comercial e o de serviços.

### **A RUA COMO FRONTEIRA EM MOVIMENTO**

É exatamente por esta integração hierarquizada que o espaço público urbano pode aparecer como fronteira em movimento; pode ser definido pela disponibilidade à invenção de novos significados e à apropriação de benefícios. Essa dinâmica assegura a reprodução ampliada de posições inter-relacionadas, inclusive dos **miseráveis**<sup>4</sup> – **mendigos, desocupados, menores de rua** – e dos **trabalhadores de rua** – catador de papel ou de latas, guardador de carro, camelô ambulante, vendedor de amendoim, engraxate, auxiliares do tráfico de droga, etc.

---

<sup>4</sup> Estou assumindo a utilização do termo **miseráveis**, exatamente por ele veicular significações qualificadoras dos estigmas atribuídos a camadas da população que sobrevivem em condições distanciadas do socialmente considerado mínimo vital. A integração dos portadores da posição está referenciada à administração deste estigma. É por incorporar ou administrar as desqualificações, que os indivíduos nesta situação deslocam-se de um relativo isolamento ou hibernação social para intensificar o contato com outros segmentos portadores de recursos por eles demandados. O termo **miseráveis** distingue este segmento dos demais pobres, reconhecidos pela dignidade da apropriação de um espaço habitacional classificado como casa, mesmo que os usufrutos sejam de alcance mais simbólicos. Eles permanecem na rua pela pressuposição da extrema carência, isto é, de que se encontram dramaticamente sob condições de vida socialmente qualificadas como inumanas.

A noção de fronteira corresponde às disputas subjacentes ao questionamento dos meios legitimadores da delimitação da apropriação de recursos. Portanto, equivale à existência de projetos concorrentes sobre modos de apossamento de recursos raros – concebidos para definir a escassez – ou intencionalmente supostos como livres, porque públicos.

Pensar a dinâmica da redefinição dessas fronteiras a partir dos **miseráveis** é tomar emprestado as vantagens espetaculares da situação extrema. Atribuir a eles o lugar de destaque é reconhecê-los como um dos atores fundamentais no atual cenário urbano das megalópolis, embora protagonistas de processos os mais diversos.

O debate sobre os conflitos decorrentes da concorrência na apropriação do espaço público valoriza esta pobreza intolerável pela visibilidade inaceitável da reterritorialização. Entretanto, eles (os **miseráveis**) nunca são os beneficiários das medidas destinadas a administrar os acirrados processos de empobrecimento, isto é, destinadas a conter suas dinâmicas num ritmo suportável ou aceitável.<sup>5</sup>

No caso da sociedade brasileira, a denominação **rua**, por oposição, quase sempre, à **casa**, denota, de forma eloqüente, os universos de significados distintos e contrastantes atribuídos ao espaço público. Por esta perspectiva, ele é caracterizado por múltiplos investimentos nas mediações necessárias ao seu uso, postos em prática pelos que a ele aportam.

A **rua** consolida a convergência de mercados de prestação de serviços e circulação redistributiva de bens, demarca as praças de trocas e os ambientes viabilizadores de coletas, todos eles constituídos a partir da criação de novas necessidades e instituídos segundo regras jurídicas ou regras consuetudinárias.

---

<sup>5</sup> Na sociedade brasileira, salvo raras exceções, não houve investimento político para integrar os **moradores e os trabalhadores de rua**. As alternativas encontradas minimizam determinados sofrimentos decorrentes desta condição de habitação: comida, vestimenta e agasalho, para os que não querem impor, como recorrente e oficialmente ocorre, o isolamento e a internação, justificados por esta própria razão. Todas essas medidas, ao final, facilitam a reprodução da situação, melhorando as condições de saúde, por esta mesma razão, recorrentemente desfavoráveis.



**Casa e rua** são esferas de significação social que separam contextos e configuram atitudes porque contêm visões de mundo ou éticas particulares (DAMATTA, 1985, p. 41). Pelos significados atribuídos, a ligação entre **casa** e **rua** se configura de forma dramática. As expressões denotativas do rompimento violento da pessoa para com o universo da **casa** deslocam-na da vivência com um grupo social para a existência como um indivíduo isolado, logo impessoal e desumano, vivendo em espaços perigosos. Segundo esses princípios morais de orientação social, a **rua** não pode ser transformada em **casa** e nem a **casa** em **rua** (DAMATTA, 1985, p. 45). Os transgressores devem então colocar em prática um conjunto amplo de recursos de mediação, inclusive pela incorporação de discursos e comportamentos que referenciam a inadequação da permuta.<sup>6</sup>

Em contraposição aos significados ideológicos atribuídos à **casa**, a **rua** é o espaço do indivíduo anônimo e desgarrado, maltratado, cuja humanidade é reencontrada se for capaz de reconstruir o espaço caseiro e familiar. Por isso, os indivíduos que se apropriam da **rua** para nela, aventureiramente, habitar e trabalhar, devem dar provas da extrema necessidade de misericórdia, devem reconstruir laços de convivialidade ou demonstrar cabalmente sua desorientação e ausência de referência. Neste último caso se encontram os andarilhos, que, dia e noite, teatralizam o alheamento, a perda da memória ou de passado, o isolamento num mundo que, de tão próprio e impenetrável, transforma seu suposto portador num abandonado ou excluído de interferências incompetentes.

Estes são os significados atribuídos à **rua** pelos que a usam como espaço de trânsito, porque detêm residência privada. Portanto, um discurso produzido para diferenciar seus porta-vozes dos que da **rua** tentam se apropriar para fixação ou permanência; ou pelos que, cotidianamente, asseguram ou procuram assegurar um espaço para se instalar e objetivar

---

<sup>6</sup> Advoga ainda DaMatta: **casa** e **rua** constituem categorias sociológicas fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira. Designam elas *entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas* (1985, p.15).

atividades definidas como próprias à vida privada.<sup>7</sup> Para estes, a **rua** é o lugar de abundância a ser vasculhada, de acolhimento a ser conquistado e de alternativas para os que não se desalentam diante da condenação à morte. Pelo contrário, dotados de competência para lutar, esforçam-se para **dar a volta por cima**. Portadores de coragem **para sair do fundo do poço**, renovam, a cada dia, a expectativa diante da sorte. Reconhecidos quanto ao sentimento de generosidade do outro, reafirmam a crença na solidariedade emergida da sensibilidade diante do desatino de quem se coloca na condição ou situação de **miserável**.

A **rua** é perigosa, lugar da vigilância inescapável, mas também do prato farto e variado, da camaradagem no infortúnio, da reconquista de novas sociabilidades, da intensificação da experiência humana, capaz de redimir os desafortunados e ensinar aos indisciplinados, aos ingratos, aos egoístas e aos hedonistas que o prazer imediato não deve ser a referência principal. Ao contrário, o prazer sempre protelado é um prêmio aos previdentes, aos gregários, aos crentes nos valores que definem papéis sociais orientados para a vitória da poupança e do investimento no futuro.

### **O ESPETÁCULO PÚBLICO DOS MISERÁVEIS**

Os conflitos decorrentes da apropriação condenada da **rua** pelos **miseráveis**, neste contexto absolutamente classificado como espaço público, têm se acirrado a partir da década de 80. Este foi o momento em que, nas principais cidades do mundo, alguns dos pobres impuseram publicamente sua presença.<sup>8</sup>

Contudo, os significados dessa visibilidade são totalmente distintos. Esta distinção varia, entre outros múltiplos fatores, segundo as concepções culturais que atribuem significados específicos ao espaço delimitado como **rua**. Varia também conforme o alcance de políticas públicas destinadas a minorar os constrangimentos do segmento populacional que

---

<sup>7</sup> Para compreensão de concepções construídas sobre a **rua** por quem detém a propriedade da *casa*, ver Guedes, 1997.

<sup>8</sup> Ver, por exemplo: GABORIAU, 1993; GUILLOU, 1998; HUTSON, 1994; JENCKS, 1995.

sobrevive relativamente sob precariedade material. Contudo, os significados se aproximam por uma diferenciada mas comum condescendência dos outros usuários, conscientes do acirramento dos limites para obtenção de trabalho, numa sociedade que vai sendo organizada para diminuir ao máximo o uso formal da força de trabalho.

Há um certo acordo intelectual entre pesquisadores e especialmente jornalistas ou formadores da opinião pública, quanto às causas que explicam o aumento da presença de pobres na **rua**: a expansão do desemprego determinado pelo processo de globalização da economia. Nestes termos, tal processo concomitantemente teria provocado o aparecimento dos *sans-abri* e, posteriormente, os *SDF - sans domicile fixe*, na França. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, os *homeless*, para citar apenas os que auferiram mais notoriedade. E assim sendo, emprestaram sentido relativamente positivo aos apropriadores de rua nos países que, longe de construir o Estado-providência, não oferecem uma rede institucional de assistência e justiça sociais.

A distinção na forma de categorizar já revela as diferenças, secundarizadas em nome da construção de novas percepções sobre os pobres e sua visibilidade. A pobreza correspondente ao contexto do processo mais acirrado de globalização da economia tem sido reconhecida como **nova pobreza**; e os pobres assim dados a ver, categorizados pela referência à ausência de habitação. No entanto, as categorizações são diversas. Enquanto o *homeless* e o *sans-abri* destacam a carência ou ausência da casa ou do abrigo, o **morador de rua** destaca positivamente esta apropriação. A denominação **sem-teto** é reservada aos casos em que se supõe uma organização familiar, reproduzida na **rua** pela reclassificação do espaço social público segundo divisão de papéis exercidos na casa. Por isso, são reconhecidos como **sem-teto**, os moradores sob viadutos, pontes, etc, que tentam – e por vezes obtêm – o controle residencial neste novo espaço. A categorização também oferece a significação mobilizadora de parte da população que deseja se beneficiar de políticas habitacionais, geralmente através do instrumento da **ocupação**; ou investir politicamente

te para o reconhecimento desta questão habitacional por titulares de órgãos do Estado.

Os termos *homeless* e *sans-abri* não comportam a positividade da nova situação de hospedagem. Acentuam a indefinição presente creditada pela exclusão, exatamente porque nem sempre, em face de ordens sociais ou morais mais severamente praticadas, os seus protagonistas podem se apropriar da **rua** de forma espetacular. Até por uma questão dos constrangimentos do clima mais severo em termos de baixas temperaturas, os *sans domicile fixe* e os *sans-abri* não estão espetacularmente expostos nas calçadas e jardins, mas convivem com os usuários do metrô, são absorvidos por albergues ou descobrem esconderijos – casas abandonadas, terrenos baldios, espaços de serviços subterrâneos. Quando solicitam ajuda financeira, justificam-se pelo investimento ético para manter a dignidade, perdida se condenados a viver na rua. Por isso, solicitam dinheiro para pagar quarto de pensão, vestir-se e manter a adequada aparência, especialmente limpos.

O fenômeno no Brasil tem reconhecimento internacional<sup>9</sup> pela extrema visibilidade e exposição. Constitui-se objeto de maior denúncia pública, especialmente pela presença de **menores de rua** e de todos os conflitos gerados pelas intolerâncias recíprocas, a despeito da desigualdade nas formas de exercício da violência por cada contendor. Os casos de assassinato e massacre dos que, sob tal condição, se apropriam da **rua**, em sendo comuns, desdobram o reconhecimento e a indignação diante de tais condições de vida em múltiplas redes sociais.

A visibilidade, no caso da sociedade brasileira, não decorre apenas das intolerâncias. O debate em torno do futuro sombrio apregoado pelos defensores e pelos críticos do processo de globalização, os investimentos destinados, nos últimos anos, à redemocratização da sociedade brasileira, em parte fundamentados na urgente necessidade de redefinição e objetivação dos direitos humanos, tais fatores colaboraram para a construção

---

<sup>9</sup> Ver, por exemplo, TESSIER (1995), que relata uma experiência de encontro internacional de *enfants de rue*, encontro centrado na experiência dos **meninos de rua** brasileiros.

de uma opinião pública relativamente relaxada quanto ao desenvolvimento de modos de vida a partir da apropriação da **rua**. A relativa tolerância de uns aguça a intolerância de outros. Grupos de extermínio, sustentados pelos insatisfeitos com a coexistência desta concepção de sociedade ou pelos beneficiários imediatos desta apropriação, impõem privadamente uma ordem pública, fundamentada na unilateral purificação da vida social: assassinam os pobres por eles indesejáveis.

A situação dos **moradores de rua** no Brasil difere assim dos demais quanto aos modos de redefinição da inserção desqualificada. Eles são por vezes concebidos como portadores de alternativas positivas frente às condições adversas.<sup>10</sup> Esta forma de apropriação da **rua** se objetivou diante da perspectiva de um futuro sombrio e incerto, determinado pelo desemprego e pelo isolamento social, mas recebeu a adesão de alguns trabalhadores que se auto-excluíram das péssimas condições salariais e trabalhistas tanto do setor formal quando do informal. Abriu, assim, outras alternativas *vis-à-vis* às existentes, que não asseguravam a valorização do trabalhador e de seu projeto de vida. Por isso, a apropriação da **rua** pode ser compreendida pelo caráter político da ação e, relativamente, pelo engajamento em novas possibilidades de inserção. A criação dessas novas alternativas de inserção pressupôs a mudança na organização e nas normas de qualificação da divisão social do trabalho.

Todavia, não se pode secundarizar o fato de que muitas das atividades que são desenvolvidas na **rua** oferecem, até mesmo por esta desqualificação, salários ínfimos. Não assegurando o acesso à moradia, obri-

---

<sup>10</sup> Nem sempre a qualificação adotada por CASTEL (1991) e consagrada pelos demais intelectuais franceses é adequada para o caso aqui considerado. A denominação exclusão pressupõe perda de *status*, posição e alternativas criadas a partir da inserção trabalhista. Além disso, sua concepção fora construída no contexto do debate sobre formas de reinserção. O termo exclusão social, segundo a concepção de Castel, abarca exatamente a falta de perspectiva e a vulnerabilidade constatada ou vislumbrada para um futuro próximo. E se expressa pelo número de pessoas apartadas das relações familiares, de parentesco e vizinhança, da solidariedade construída pela vinculação ao trabalho. E tudo isto numa sociedade cujas lutas políticas em torno dos direitos sociais normatizaram a construção do individualismo; numa sociedade onde o vínculo trabalhista clandestino, embora posto em prática, não é tão cinicamente aprovado como o é por aqui.

gam os trabalhadores a elas integrados, a circular entre as calçadas, os albergues e as pensões. Pressupõem ou reproduzem um trabalhador solteiro e sem vínculo familiar. Não podendo se dirigir para a casa todos os dias, permanecem distanciados da família, condição que facilita a dissolução das unidades de procriação.<sup>11</sup>

Se a diminuição dos postos de trabalho em determinados setores de atividades é um fato, ela não é fenômeno homogêneo. Expande, com relativo vigor, um mercado de trabalho para prestação de serviços provisórios, organizados por unidades temporais muito diversas e assistemáticas, que absorvem um tipo de trabalhador-mendigo, isto é, que saiba associar o acesso ao rendimento, à esmola e à ajuda caritativa. Este é o caso dos prestadores de serviço de limpeza de cascos de navios, de encarte de jornais, de vigia de barracas e pontos de comércio na **rua**, de descarregamento de caminhões em frente a transportadoras, de coletor de papel, de latas de cervejas e refrigerantes, de mariscos, de vendedor intermediário de frutas, refrigerantes e cervejas em sinais de trânsito, de vigias de carros, etc.

Por todas as razões aventadas, no caso da sociedade brasileira, a exposição das atividades desenvolvidas pelos pobres que, na **rua**, foram obter recursos para sobreviver, tornou-se uma demonstração exemplar de como ela (a **rua**) se transformou em espaço de construção de fronteiras econômica, política e cultural.<sup>12</sup>

Alguns desses usuários não só redescobriram como investiram na criação de inúmeras atividades passíveis de serem transformadas em ser-

---

<sup>11</sup> São recorrentes os casos de mulheres que relatam que seus esposos, tendo vivido situação de desemprego de longa duração, adotaram como solução provisória a coleta de latas de cerveja e refrigerantes na rua. Não conseguindo auferir um rendimento que permita ir e voltar para a casa todos os dias, devendo adequar o exercício de coleta aos centros dinâmicos de comércio, serviços e circulação de pessoas, permanecem dormindo em qualquer abrigo. Outrossim, o trabalho de coleta de latas de cerveja e refrigerantes é mais produtivo se realizado à noite, quando o número de consumidores cresce. Por isso, permanecem fora da casa por uma semana e aumentam este período na medida em que criam relações mais solidárias no trabalho. Muitos deles, contando com este apoio, deslocam as formas de inserção social, tanto familiares como de vizinhança.

<sup>12</sup> Ver, por exemplo: BANDEIRA DE ATAÍDE, 1993; FERREIRA, 1979; MARTINS, 1993; MILITO E SILVA, 1995; PERLONGHER, 1987; ROSA, 1995; STOFFELS, 1977, VIEIRA et al, 1992.

viços remunerados.<sup>13</sup> Eles também, por esta apropriação, incorporaram as praças e jardins, as calçadas dos centros comerciais ou de bairros mais dinâmicos em termos de circulação de pessoas, os espaços guardados por marquises, os viadutos, as casas abandonadas ou em ruínas, as cabines de telefone, os cruzamentos de avenidas de tráfego denso, os parques de estacionamento de carros, os entornos de supermercados e de *shopping center* para trabalhar, pernoitar ou instalar suas **residências**.

Outros, concomitantemente, aumentaram sua circulação cotidiana nas **ruas**, vagando entre instituições destinadas a evitar o massacre súbito de boa parte da população condenada a morrer de inanição.<sup>14</sup> Organizam seu cotidiano pelo deslocamento do local de residência para os centros de concentração de instituições filantrópicas, assegurando, se vitoriosos nessa tarefa de coleta, recursos básicos à sobrevivência física dos demais membros da família.

Como a apropriação de determinados espaços públicos disputados por outros usuários foi condenada, o poder estatal objetivou uma política de cercamento de praças, de jardins e de hortos, para garantia da sua utilização por segmentos da classe média, que também os reivindicam como complemento público da apropriação privada da **casa**, do apartamento e dos espaços condominiais.<sup>15</sup>

A contraposição dos demais segmentos da sociedade à concorrência pela apropriação da **rua** pelos **miseráveis**, em grande parte deriva da culturalmente pressuposta impossibilidade lógica de contaminação de fronteiras. São definidos como impostores ou indesejáveis, porque, em-

---

<sup>13</sup> Ver NEVES, 1994.

<sup>14</sup> Um dos efeitos da concessão de passagem urbana grátis para pessoas acima de 65 anos, recurso redistribuído a partir de legislação municipal, foi a disponibilidade criada para a circulação sem ônus financeiro. Os velhos, como são assim reconhecidos para efeito desta legislação, puderam usar seu tempo livre num sentido produtivo para os membros da família. Não dispendendo dinheiro, eles também podem se arriscar e se aventurar na concorrência por bens redistribuídos por instituições filantrópicas: cestas básicas, roupas usadas, remédios. Outrossim, puderam criar novas relações com seu grupo de idade, incorporando o agradável ao útil, isto é, o trabalho ao passeio e à camaradagem.

<sup>15</sup> Ver NEVES, 1994.

prestando uma dimensão inesperada a tais espaços, *a priori* são também moralmente qualificados como perigosos e impuros.

Por isso, para além de toda a disputa a que devem estar aptos a participar, inclusive entre eles mesmos, tais usuários devem aprender a lidar e tirar partido dos estigmas, das humilhações, das flagelações, da violência, inclusive da administração da ameaça de morte e de seu fato recorrentemente consumado no cotidiano imediato. Devem aceitar a humilhação de sempre se explicar e estar aberto para reinvenção criadora, como forma de administrar a concorrência e a recorrência que provocam a insensibilidade e a impotência do doador.

Devem estar abertos ao recorrente recomeço, quase cotidiano, porque, mesmos seus parques pertences, os **trastes**, são sumariamente destruídos pelos demais **moradores de rua**, pelos guardas municipais, pelos policiais, por usuários mais ciosos da demarcação e da reivindicação do uso exclusivo do espaço público pelo **cidadão**, neste caso o que paga impostos.

A apropriação dos bens entre eles mesmos costuma ser mais voraz do que a destruição por outros usuários do espaço público. Redimensionando os limites de superação da escassez, eles projetam alternativas de melhoria das condições de vida pela sorte, razão pela qual se submetem a intensos e rotineiros deslocamentos. Estão sempre a espreitar os pertences do colega, talvez bem-aventurado pela sorte da transferência privilegiada ou pelo achado ou mesmo pelo roubo. Por isso, qualquer vacilo no controle dos bens apropriados pode redundar em perda e destruição do que foi possível acumular.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Num dos momentos de pesquisa, tive a desagradável experiência de assistir a um atropelamento de um *morador de rua*, com morte súbita. Alguns colegas que se encontravam presentes reclamavam justiça, alegando que violência sobre eles não é levada em consideração. Enquanto impediam a suposta escapada do motorista, dois ou três outros deles vasculharam dois sacos nos quais a vítima transportava objetos. Escolheram de imediato o que lhes interessava e abandonaram os restos indesejáveis. Durante aproximadamente uma hora, diversos outros **moradores de rua**, tomando conhecimento da ocorrência, vieram constatar e identificar o corpo, identificação sempre seguida de comentários sobre a história pessoal do falecido. E também tentaram escolher algo que lhes fosse útil. Ao final, restaram os dois sacos plásticos e duas latas de flandre, enegrecidas por fumaça de carvão e relativamente enferrujadas. Seus pertences foram mais rapidamente transferidos do local



Viver na **rua** como indesejável é aprender a lidar com as acusações ou condenações a esta forma de apropriação privada do espaço público. Corresponde a uma forma de organização que faça aparecer uma ordem aceitável, que minimize os aborrecimentos dos concorrentes usuários, ou que dissimule a presença ativa dos que são direta ou indiretamente interditados.

### OS MISERÁVEIS E A ADMINISTRAÇÃO DAS INTOLERÂNCIAS

As alternativas oferecidas pela apropriação de espaços e inserção em redes de relações que agregam os que habitam ou trabalham na **rua** tendem a ser cumulativas. Por isso é comum que o **morador** e o **trabalhador** de **rua** iniciem sua carreira pela inserção em relações correspondentes a atividades objetivadas em espaços circunvizinhos ao seu anterior local de habitação. Sedimentem esta trajetória à medida em que obtêm informações e adesões que lhes permitam ter acesso aos espaços onde se concentram recursos institucionais e segmentos dotados de bens a serem transferidos como sobra, onde melhor possam participar da circulação de bens e de dinheiro.<sup>17</sup>

O adulto, para sobreviver cotidianamente na **rua**, deve fazer prova de sua passividade e não periculosidade – caso dos mendigos que teatralizam doença, fome, desolação e que solicitam auxílio pela impotência em assegurar sobrevivência. Deve demonstrar sua vinculação a uma atividade laborativa aceita – caso dos camelôs e guardadores de carro. Deve estar provido dos meios para elaboração de um discurso que desqualifique esta forma de apropriação e, em certos casos, que lhe atribua a responsabilidade pela **queda no fundo do poço**, forma consensual de repre-

---

do que seu corpo, que permaneceu na rua das 18 às 24 horas, quando o serviço oficial de recolhimento de cadáver colocou o ponto final na cena e nos vestígios da vida.

<sup>17</sup> Os meninos, por volta de 7 a 8 anos, costumam circular em torno de feiras para oferecer serviços de carroto aos compradores e de limpeza e carregamento aos feirantes. Na medida em que dominam este universo, deslocam-se para feiras de bairros de compradores dotados de maior poder de compra, rarefazem as idas até à **casa** e, por fim, desaparecem do controle da vizinhança e dos pais (FERREIRA, 1979).

sentação das condições de vida fora de casa.<sup>18</sup> Em sendo anônimo para os transeuntes, deve saber construir a relação passageira por explicações das razões pessoais pelas quais se tornou vítima da trágica decadência. Deve dar provas da superação de uma impureza imaginária e simbólica, articulada ao comportamento condenado, quando se apresenta como pedinte. Deve aprender a demonstrar resignação diante das intolerâncias e a se redefinir pela identidade a uma mesma humanidade concedida pelos poderes divinos. Deve reconstruir o consentimento do outro, teatralizando a dependência de sua sobrevivência pela condescendência do estranho. Deve se vestir de maneira a parecer miserável ou muito mais além do que possa ir a imaginação do outro, apresentação fundamental à demonstração da aceitação de sua quase invisibilidade e insignificância. Enfim, deve aprender a expressar duas formas de inserção contraditórias: discrição e exibição, de modo a poder ser incorporado pelo segmento de doadores.

A condenação da presença à deriva do adulto na **rua** constitui um dos fatores que leva à valorização do roubo como forma de conquista da autonomia. Não podendo pedir esmola ou só o fazendo mediante a exposição de múltiplos sinais de reconhecimento da necessidade, alguns dos jovens e dos adultos que permanecem residindo na **rua** minimizam o uso de formas de trabalho ou de atividades clandestinas, porque imprevisíveis quanto ao acesso aos recursos, e maximizam o roubo, modo mais eficaz de estabilizar a sobrevivência.

O adulto que não detiver os requisitos abonadores da tolerância, deve desenvolver múltiplas formas de se esconder, de se apropriar de espaços caracterizados pela ambigüidade, relacionados ao paradoxo ou à contradição – região de meretrício, prédios abandonados, ruínas. Ou deve agir mediante colaborações com os agentes da repressão ou através da incorporação de crianças.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Ver também BOULET, 1994.

<sup>19</sup> Destaco a importância desta articulação porque os pesquisadores tendem a criar uma segmentação empiricamente inexistente. A **população de rua** é estudada de forma separada, conforme se valorize o mundo dos adultos ou o das crianças.

## AS CRIANÇAS DE RUA – MEDIAÇÃO FUNDAMENTAL À EXPOSIÇÃO PÚBLICA

Em face das concepções culturais em jogo sobre a infância, associada à fraqueza e à dependência, as crianças são instrumentais para mediação das tarefas e demandas de adultos, sobre os quais pesam acusações e interdições.<sup>20</sup> As crianças viabilizam o pedido de esmola pelas mães, que se escondem para não ser vistas ou para se livrar da acusação de exploração de menor, legalmente passível de criminalização. Elas propiciam a permanência do adulto, muito recorrentemente outrora **menino de rua**, hoje **trabalhador de rua**, isto é, aquele que, integrado nesta condição, se tornou adulto. Esta conquista lhe permite a especialização na construção de alternativas de inserção de outras tantas crianças. O adulto controla os **pontos** – territórios fechados porque produtos de apropriação reconhecida e assegurada por ameaças ou pela objetivação da violência física. Apropriando-se privadamente de um determinado espaço de uso comum, tais adultos asseguram a continuidade das crianças na **rua**, quando elas ultrapassam a faixa etária suscetível de mobilizar redistribuições orientadas por princípios morais da caridade. Protegem-nas da intercessão de agentes institucionais repressivos e de roubo entre elas. Objetivam as violências físicas mediadoras da imposição de pagamento de pedágios aos transeuntes motoristas, que são disfarçados em ajuda e em retribuição aos serviços de vigília que eles mesmos tornam imperativamente necessários.

A socialização da criança ultrapassa o espaço familiar e de vizinhança pela inclusão de novas relações sociais expressivas do processo de maturidade que pressupõe a conquista da **rua**. Tornar-se adulto é, de alguma forma, se apropriar da **rua** ou lutar pela apropriação de um determinado território.

---

<sup>20</sup> MILITO E SILVA (1995) demonstram como a circulação de menores de **rua** só pode ocorrer se for amparada por redes de relacionamento construídas por adultos que condenadamente também se apropriam do espaço público.

As crianças, pela definição social da ambigüidade que caracteriza a infância ou a adolescência, são mais toleradas mas também mais indesejáveis. Sua presença na **rua** transgride todas as concepções referenciadoras da reprodução do processo civilizatório e construtor do adulto. Não dispondo de plena maturidade emocional necessária ao exercício das atividades desenvolvidas na **rua** e não sendo portador da necessária força física para se defender, os meninos e jovens teatralizam, do modo mais espetacular, o risco que representam para os outros usuários e os sinais da masculinidade, pela valorização do uso do corpo. Outrossim, não sendo plenamente criminalizados por atos ilegais, as crianças e jovens tendem a ser mais mobilizados para exercício de atividades socialmente interdidas.

Entre as crianças usuárias do espaço público, as mais intoleráveis são as meninas de **rua**, porque objeto de condenação mais acirrada, especialmente se jovens, dados os efeitos da procriação nessas condições socialmente indesejada. Estando mais dependentes, são incorporadas mediante formas de violência, que definem e impõem as condições de falta de liberdade quanto ao uso do corpo. São constrangidas a aceitar a dependência e a submissão a protetores, geralmente trabalhadores do tráfico ou aliciadores de prostitutas.

### **A RUA E A REDE DE INTERCONHECIMENTO E DE TROCA**

A rede de interconhecimento a que os **moradores de rua** devem se integrar – para aí desenvolver outras formas de organização social – constitui-se nos termos da inserção subordinada a uma justaposição de ordens; e nos termos de um relativo fechamento: apelidos, trajetória de vida na **rua**, marcação de estigmas.<sup>21</sup> De tal forma esta rede de interconhecimento é densa, que ela opera de forma eficaz no serviço relativamente gratuito e paralelo de busca de informações e provas para os órgãos de repressão, especialmente de investigação policial.

---

<sup>21</sup> Ver BANDEIRA DE ATAÍDE, 1993; FERREIRA, 1979; MILITO E SILVA, 1995; VIEIRA et al, 1992.

A esta rede de interconhecimento se agregam os agentes da redistribuição caritativa de recursos. Diante do investimento sistemático dos pobres indesejáveis na teatralização do desespero da sobrevivência condenada, cresce o número de voluntários que institucionalizam e concentram os meios e os recursos coletados e, dia e noite, redistribuídos. Os participantes de instituições assistenciais e caritativas circulam e investem em formas de controle dos espaços públicos, redistribuindo alimentos, roupas e remédios.

Pretendendo reintegrar os pobres geralmente pela redimensão religiosa, eles se constituem agentes fundamentais da construção deste novo espaço público urbano, moralizando comportamentos e reafirmando a vida na **rua** como dimensão social estruturada e institucionalizada. Outrossim, tentam concorrer para a incorporação de jovens sob atividades lícitas e sob valorização da auto-estima, e afastá-los especialmente do tráfico de drogas.

A **rua** é assim um espaço de construção de conhecimento sobre as relações entre segmentos diferenciados da sociedade, razão pela qual a aprendizagem dos limites da tolerância corresponde às possibilidades de sobrevivência. Por este interconhecimento, embora não exclusivamente, é comum o extermínio daqueles que ultrapassam os limites da tolerância e da provocação aceitável. Este extermínio é praticado pelos diversos tipos de usuários – comerciantes e seus intermediários, policiais, trabalhadores de **rua** e **mendigos**, incomodados com a transgressão de regras de apropriação.

Torna-se importante destacar a existência de outras causas do extermínio, para não promover o discurso da condenação da própria vítima. Os casos que vêm à tona na imprensa demonstram que a morte de muitos deles, especialmente quando se agrupam para se proteger, visa eliminar as provas do ato violento internacionalmente condenado e, assim, assegurar a imputabilidade penal. Além disso, há os casos de assassinato por perversidade socialmente inexplicada em termos da convivência dos diferentes, como ocorre entre os assassinos identificados como

jovens originários da elite sócio-econômica que vasculham a **rua** à procura de prazeres hediondos.

No processo de construção da convivência tem destaque o conhecimento da diferenciação interna dos que disputam a apropriação da **rua**, segundo os sistemas classificatórios elaborados pelos seus participantes, mas também as diferenciações reelaboradas pelos que os condenam ou os toleram. A compreensão dos princípios de desqualificação de si e do outro sobre si deve ser objetivada na elaboração de versões sobre a vida pessoal, tão diferenciadas quantos forem os sistemas de referência em jogo e tão mais eficazes quanto mais o narrador estiver afastado dos relacionamentos que propiciem o desabono da história de vida reinventada.

Para elaboração das versões é fundamental a aprendizagem da administração do medo e da vergonha de tentar o contato com o outro, possível pela capacidade de construir explicações abonadoras e mobilizadoras para suas mazelas. Estes requisitos pressupõem que as versões se ordenem em torno de temas e questões que apontem para a provisoriidade ou a transitoriedade da situação, principalmente se o demandante não apresentar sinais visíveis e inquestionáveis da incapacidade da conquista da autonomia para sua subsistência. Em caso contrário, se a permanência é um fato, as versões devem tematizar a disponibilidade para receber ajuda, para motivar a generosidade do outro na condição de agregado.

A conquista das posições de **morador** e de **trabalhador de rua** é produto da adesão, da ressocialização, do reconhecimento dos constrangimentos à liberdade de ação, que negam a vida à deriva, o isolamento e a autonomia. O aprendizado do reconhecimento mútuo é fundamental para minimizar ou neutralizar o perigo, o medo e a exaustão da vigilância. A orientação da prática cotidiana é a administração da sobrevivência e da conquista da segurança. Mesmo nos casos dos considerados **loucos de rua**, tolerados em face desta definição, o isolamento é relativo. Não comungando das sanções referenciadoras do comportamento inerente à territorialização do espaço público, sobrevivem como andarilhos, sem pouso certo.

Portanto, a vida dos miseráveis na rua é uma conquista ou um investimento na construção de um novo mundo sempre renovado, cuja inserção pressupõe auto-reclassificação e auto-redimensão. Esta conversão colabora para minimizar os efeitos deletérios da tensão, do cansaço, do risco, da perda de autonomia. Compensados pela construção de novas formas de sociabilidade e pelo investimento na inserção em sistemas de poder altamente hierarquizados, eles se autovalorizam pela aventura diante da adversidade e pela capacidade de respeitar territórios partilhados entre os indesejáveis, os tolerados e os desafetos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA DE ATAÍDE, Yara Dulce  
1993 **Decifra-me ou devoro-te. História oral de vida dos meninos de rua de Salvador**, São Paulo: Loloya.
- BOULET, Marc  
1994 **Dans la peau d'un intouchable**. Paris: Editions du Seuil.
- CASTEL, Robert  
1991 De l'indigence à l'exclusion: la désaffiliation. DONZELOT, Jacques. **Face à l'exclusion**. Paris: Ed. Esprit. p. 137-168.
- DAMATTA, Roberto  
1985 **A casa & a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense.
- FERREIRA, Rosa Maria Fischer  
1979 **Meninos da rua. Valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo**. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz/CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, IBREX.
- GABORIAU, Patrick  
1993 **Clochard. L'univers d'un groupe de sans-abri parisiens**. Paris: Julliard.
- GUEDES, Simoni Lahud  
1997 **Jogo de corpo. Um estudo de construção social de trabalhadores**. Niterói: EDUFF.
- GUILLOU, Jacques  
1998 **Les jeunes sans domicile fixe et la rue**. Paris: L'Harmattan.
- HUTSON, Susan, LIDDIARD, Mark  
1994 **Youth homeless. The construction of a social issue**. London: Macmillan Press.

- JENCKS, Christopher  
1995 **The homeless**. Cambridge Massachusetts/Harvard University Press (third printing).
- MARTINS, Ana Lucia Lucas  
1993 **Livres acampamentos da miséria**, Rio de Janeiro: Obra Aberta.
- MILITO, Cláudia, SILVA, Helio R. S.  
1995 **Vozes do meio-fio. Etnografia sobre a singularidade dos diálogos que envolvem meninos e adolescentes ou tomam a adolescência e a infância por tema e objeto nas ruas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- NEVES, Delma Pessanha  
1994 La misère en spectacle. **Cahiers du Brésil Contemporain**, Paris, n. 25/26, p. 61-80.
- NEVES, Delma Pessanha  
1995 A miséria em espetáculo. **Serviço Social e Sociedade**, [s.l.], v. 16, n. 47, abr., p. 79-88.
- PERLONGHER, Néstor  
1987 **O negócio do michê. A prostituição viril**. São Paulo: Brasiliense.
- ROSA, Cleisa M. M.  
1995 **População da rua. Brasil e Canadá**. São Paulo: Hucitec.
- STOFFELS, Marie-Ghislaine  
1977 **Os mendigos na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TESSIER, Stéphane (dir)  
1995 **Langages et cultures des enfants de la rue**. Paris: Éditions Karthala.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa et al  
1992 **População de rua. Quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Hucitec.